



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006439-34.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI**
 Requerente: **Deise Galhardi Rodrigues Fauvel**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Deise Galhardi Rodrigues Fauvel propõe ação contra o Estado de São Paulo, alegando ilegalidade na absorção da verba denominada Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, criada pela Lei 1.059/08, que causa verdadeiro congelamento da remuneração bruta do Agente Fiscal de Rendas e impõe redução real de vencimentos, suprimindo direitos, ilegalidade esta que pretende ver declarada, bem como reconhecido o seu direito de obter a revisão geral anual desta verba e, incidentalmente, a declaração de inconstitucionalidade do parágrafo 3º, do artigo 2º do ADCT, de referida lei.

Argumenta que, sendo a VPNI uma vantagem de cunho pessoal, na remota possibilidade de sua absorção, só poderia ser absorvida pelo aumento de outras vantagens da mesma natureza e não pelo aumento da remuneração atual e que o § 3º do artigo 2º das disposições transitórias da LC nº 1.059/08, ao prescrever que o valor da VPNI não será reajustado, contraria diretamente o que reza a parte final do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal (revisão geral e anual da remuneração), porque a não revisão da VPNI, em razão de disposição expressa de lei e em face de sua absorção decorrente do aumento na remuneração do AFR, corresponde diretamente a não revisão da remuneração do servidor.

O requerido ofertou contestação, alegando, preliminarmente, incompetência do Juizado, pois o pedido seria ilíquido. No mérito, aduz que a VPNI foi criada pela Lei Complementar nº 1.059/08 para manter o padrão de vencimentos dos Agentes Fiscais de Renda face ao novo regime remuneratório, em razão do princípio da irredutibilidade de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

vencimentos, tratando-se de vantagem transitória, havendo reabsorção natural por reajustes posteriores, sendo que o acolhimento do pleito autoral implicaria violação ao teto constitucional.

Foi determinada a redistribuição do feito à Vara da Fazenda Pública, acolhendo-se o pleito de incompetência do Juizado, tendo a parte autora interposto embargos de declaração, aos quais se negou provimento.

É o relatório.
Fundamento e decidido.

O pedido não comporta acolhida.

Quando da reestruturação da carreira de agente fiscal de rendas do Estado de São Paulo, promovida pela Lei Complementar nº 1.059/2008, restou criada a chamada VPNI, a fim de impedir que houvesse redutibilidade dos vencimentos dos agentes fiscais, conforme dispôs o art. 2º: Para fins de enquadramento no regime de remuneração instituído por esta lei complementar, o Agente Fiscal de Rendas cujo valor da retribuição global mensal referente ao mês da publicação desta lei complementar seja superior ao da remuneração mensal instituída por esta lei complementar, terá o valor da diferença considerado como vantagem pessoal nominalmente identificada.

Trata-se, porém, de vantagem transitória, justamente para garantir aos servidores a irredutibilidade dos vencimentos, devendo ser absorvida naturalmente com os reajustes posteriores dos vencimentos. Não há que se falar em redução dos vencimentos, porque o valor permanece preservado. Sobre a questão, já se manifestou o Tribunal de Justiça, quando do julgamento da Apelação nº 0001143-45.2012.8.26.0053, pela 1ª Câmara Extraordinária de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 28 de abril de 2015, rel. Des. Luciana Bresciani: Percebe-se que a vantagem não tem caráter de vencimentos, tratando-se na verdade de simples garantia do direito constitucional de irredutibilidade de vencimentos, que de outra forma poderia ser violado, em alguns casos, com a reestruturação da carreira. Em harmonia com tal propósito, é evidente a natureza transitória do benefício, que não será reajustado, mas ao contrário será absorvido quando de reajustes na remuneração, tendendo a desaparecer com o tempo.

Não há que se falar em quebra da isonomia, em relação aos agentes que,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

hoje, não recebem a diferença, porque, tratando-se de servidores que exercem a mesma função, nada há de estranho que a remuneração seja igual. As vantagens decorrentes do tempo de serviço serão concedidas, eventualmente, com outras rubricas.

Assim, não se verifica fundamentos para a declaração incidental de inconstitucionalidade.

Por outro lado, o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal prevê a necessidade de lei, de iniciativa privativa, para a revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, nos seguintes termos:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#):"

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do Art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices".

Já a Lei Complementar Estadual n.º 12.391/2006 prevê em seu artigo 1º que:

"Artigo 1º - É fixada em 1º de março de cada ano a data para fins de revisão da remuneração dos servidores públicos da administração direta e das autarquias do Estado, bem como dos Militares do Estado, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal".

Pela leitura dos dispositivos legais retro mencionados, conclui-se que a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa, ficando assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

No caso, a lei exigida é de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, de modo que não pode o Poder Judiciário substituí-lo, determinando a revisão anual dos vencimentos da parte autora, sob pena de ofensa à regra constitucional retro referida, assim como ao princípio da separação dos poderes (art. 2º da CF).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com efeito, por mais que haja dispositivo constitucional versando sobre o tema, trata-se de norma de eficácia limitada, de modo que sua aplicação depende da intermediação do legislador.

A questão foi objeto da Súmula nº 339 do E. Supremo Tribunal Federal:

"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia".

Entender de forma diversa, inclusive no que concerne à eleição aleatória pelo julgador de determinado índice para correção salarial do funcionalismo, implicaria invasão indevida do Poder Judiciário em atribuição própria do Poder Executivo, ao qual cabe, juntamente com o Legislativo, definir a política remuneratória dos servidores, observando a disponibilidade orçamentária existente para tanto.

Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal. (cf. AgR no AI nº 713975, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, j. 15.9.2009, v.u.; RE 424584/MG, Rel. para o acórdão Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, j. 17.11.2009).

Como se vê, o reajuste geral e periódico depende de lei específica, sendo vedado ao Poder Judiciário conceder provimento que acarrete a majoração de verba de servidores públicos sem que exista lei nesse sentido.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e IMPROCEDENTE o pedido.

Condeno a parte autora a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa.

P I

São Carlos, 05 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**